

AMIGOS, AMIGOS, BANCAS À PARTE

Eleonora Trajano

Departamento de Zoologia, Instituto de Biociências, USP– São Paulo, SP, Brasil
etrajano@usp.br

Editor responsável:

Sônia Godoy Bueno Carvalho Lopes

Recebido 25mai10 / Aceito 19out10 / Publicação inicial 30dez10

Resumo. São discutidos aspectos éticos relativos à formação de bancas examinadoras, com foco na presença de ex-orientadores e co-autores de candidatos. Vieses e parcialidade são brevemente analisados no contexto da evolução humana, chegando à questão da discriminação. Argumenta-se que, para evitar conflitos de interesse, deve-se evitar a presença tanto de amigos (no sentido do favorecimento) como de inimigos (definidos no sentido da rejeição, levando ao desfavorecimento de candidatos) nas referidas bancas. Finalmente, questiona-se co-autoria como fator de predição de amizade.

Palavras-chave. Ética, bancas examinadoras, critérios para formação, conflito de interesses, relação co-autorias / amizade.

ON THE PRESENCE OF ADVISORS ON UNIVERSITY SELECTION COMMITTEES

Abstract. Ethical aspects are discussed concerning the formation of examining boards, focusing on the presence of former advisors and co-authors of the candidates. Bias and partiality are reviewed in the context of human evolution, also taking into account to the issue of discrimination. It is argued that, to avoid conflict of interests, it should be avoided the presence of both friends (in the sense of favored) and enemies (in the sense of rejection) in these committees. Finally, co-authorship nature is questioned as a predictor of friendship.

Keywords. Ethics, examination committees, criteria for composing selection committees, conflict of interest, relationship between co-authorship/friendship.

Há tempos a Universidade discute a questão dos conflitos de interesses nas bancas de concursos, focando principalmente a questão da participação de ex-orientadores. Hoje o assunto ultrapassou os limites dos campi e atingiu a grande mídia, que vem explorando, de forma sensacionalista e sem uma discussão qualificada, processos como o recurso para anulação de concurso para cargo de Professor Doutor junto ao Museu de Zoologia da USP, impetrado pela perdedora inconformada e recentemente divulgado em jornais impressos de grande circulação, como a Folha de São Paulo. Passa-se ao ataque sumário contra as universidades, expostas como antros de egos inflados e favorecimentos escusos, sem uma discussão conceitual e filosófica mais ampla e sem uma análise apropriada das situações particulares. Juízes extrapolam suas competências e legislam sobre questões que não atendem aos dispositivos legais (p. ex., não há dispositivos proibindo pessoas não-aparentadas de participarem de bancas acadêmicas), dando provimento a recursos de candidatos que se julgam prejudicados, o que geralmente ocorre depois destes não serem aprovados no concurso em questão (e não antes, como deveria ocorrer se o candidato efetivamente se sentisse prejudicado pela banca em si, e não pelo resultado a ele desfavorável).

De fato, a questão do conflito de interesses pertence ao campo da Ética e não ao da Lei, no seu sentido jurídico. Portanto, falemos de Ética. P. Singer, filósofo, professor de bioética e renomado defensor dos direitos dos humanos e

não humanos, traz uma definição interessante de ética aplicada: trata-se do conjunto de ações e decisões que levam em consideração os interesses do “Outro” (Singer, 2001, entre outros). No caso de concursos, quem são os interessados cujos interesses devem ser levados em consideração, e quais são esses interesses legítimos, que devemos considerar? Podemos considerar que o interesse legítimo de cada candidato é contar com um julgamento justo, não tendo suas chances de indicação diminuídas pelo favorecimento de outro candidato (um interesse ilegítimo, por interferir no direito do Outro, é ser favorecido). Os interesses do conjunto traduzem-se em que ninguém seja favorecido ou prejudicado por vieses alheios ao mérito acadêmico. Evidentemente, temos de levar em consideração também o interesse da instituição que receberá o candidato indicado, que, no caso de uma universidade como a USP, é o de receber o indivíduo com o melhor equilíbrio de capacidades em Pesquisa, Ensino e Extensão para o cargo em concurso. Ou seja, eticamente, o mérito acadêmico deve ser analisado no contexto do interesse da instituição, que não se restringe a receber o docente com maior mérito curricular, mas que também se enquadre no perfil acadêmico desejado. Portanto, a pura e simples análise quantitativa, não contextualizada, de um currículo fere os interesses na instituição, portanto fere a Ética. Daí o julgamento através da análise aprofundada, acompanhada de arguição, de memoriais previsto na grande maioria dos concursos.

Bem, falemos agora dos prejuízos legítimos, cuja responsabilidade de evitar cabe à instância que aprova as bancas. Tais prejuízos são claramente decorrentes de vieses não acadêmicos. Há algo que ninguém questiona: Queremos imparcialidade! Mas será que isto existe?

Através de milhares de anos da evolução humana, fomos selecionados para preferir membros de nosso próprio grupo social – é questão de sobrevivência, vital em qualquer momento de limitação de recursos. Ou seja, somos naturalmente parciais em favor de nossa “tribo”, o que explica preferências individuais, mas não justifica eticamente decisões no contexto da escolha por mérito. Desdobramentos da existência de vieses dessa natureza incluem o sexismo – ninguém ignora que mulheres têm sido historicamente excluídas de atividades e profissões para as quais são consideradas menos aptas ou menos eficientes que os homens em função de características supostamente ligadas ao gênero: menor agressividade, menor disponibilidade para dedicação à profissão etc.. Até mesmo ideais socialistas equivocados são evocados em argumentos do tipo: vamos dar o cargo ou vantagem para esse indivíduo, pois ele foi desfavorecido, precisa mais, é casado e/ou tem filhos – solteiros(as) sem filhos conhecem muito bem esse tipo de discriminação, que fere a ética e invalida os princípios básicos da meritocracia. E assim por diante, podemos listar um número imenso de tipos de discriminação, ou preconceitos, que atuam consciente ou inconscientemente em nossas decisões.

Pode-se argumentar que amizade é um viés muito forte, determinante mesmo. Assim, no caso das bancas acadêmicas, o que tem sido levantado é basicamente o problema das amizades, já que ninguém, em sã consciência, admitiria a possibilidade de outros tipos de viés, como a discriminação por gênero, etnia, classe social etc.. Novamente, o que é amizade? São laços sociais mais fortes entre indivíduos dentro de um grupo, tratando-se, mais uma vez, de vínculo social de natureza adaptativa, observado igualmente em animais não-humanos sociais – por exemplo, dentro dos grupos matriarcais do vampiro comum, *Desmodus rotundus*, duplas de fêmeas estabelecem laços mais fortes, cooperando mais frequentemente entre si que com as demais (Greenhall, 1988). Na divisão de trabalho de sociedades progressivamente mais numerosas e complexas, tais laços são fundamentais para a sobrevivência da espécie: é possível que mulheres que cooperam no cuidado à prole devam permanecer juntas mais tempo, enquanto os homens mais aptos para a caça devam aliar-se mais fortemente e assim por diante. Enfim amizade também é biológica.

A questão é: que fatores determinariam o estabelecimento desses laços? Por que

selecionamos tais e tais pessoas para serem nossos amigos? Nas culturas modernas onde recursos básicos (alimento, abrigo, acesso a parceiros reprodutivos) deixaram de ser limitantes, outros fatores passaram a ser determinantes na nossa escolha, multiplicando-se o número de variáveis envolvidas nas mesmas. Laços acadêmicos dentro de uma área de pesquisa são apenas um entre esses muitos fatores. A experiência individual diz que isso é verdadeiro: dentro do leque mais ou menos amplo de amigos de cada um, o número daqueles com os quais trabalhamos diretamente em uma cooperação que resulta em produtos em co-autoria não é necessariamente alto. Conversamente, nem todos os co-autores são nossos amigos, muitas vezes nem sequer os conhecemos suficientemente bem para estabelecer qualquer tipo de laço emocional que possa influir no julgamento de um candidato.

Amigos versus inimigos?

Esta discussão vem sendo pautada basicamente por impressões e extrapolações. É preciso migrar para o campo da Razão, da Lógica, que dá as únicas bases possíveis para decisões éticas – ao contrário da percepção mais freqüente, Ética, como subárea da Filosofia, é racionalidade (Singer, 2001).

É bastante claro que não existe a dicotomia maquiavélica “amigos versus inimigos”. O que se observa é um contínuo, tendo em um extremo os amigos no sentido, que aqui nos interessa, da preferência (que pode levar ao favorecimento) e, no outro, os inimigos no sentido mais amplo da rejeição do indivíduo em si (levando ao desfavorecimento, consciente ou não), que extrapola o sentido clássico da “vendetta”, daquele que tem a intenção de prejudicar. [note-se que, sendo o Outro o foco das decisões éticas, o resultado sobre esse outro é que importa, sendo irrelevantes os motivos dos que tomam tais decisões – um paralelo no campo do Bem-Estar Animal refere-se aos maus tratos, à medida que o sofrimento é o mesmo não importando se esses maus tratos foram infringidos por ignorância, negligência ou sadismo – Trajano & Silveira, 2008].

Dentro desse contexto, o que se procuraria é basicamente eliminar, na formação das bancas, os extremos do contínuo. Um princípio ético básico é o da equanimidade: qualquer esforço no sentido de excluir amigos deve ser acompanhado de esforço equivalente (o que implica em igual eficácia – novamente, é o resultado que importa) de retirar os inimigos. Ou seja, se não é possível excluir inimigos, não se sustenta eticamente a exclusão apenas dos amigos.

Chegamos aqui em outro problema crucial: como reconhecer uns e outros? No caso dos amigos, a auto-declaração costuma funcionar bem. Socialmente, ter muitas amizades traz

prestígio – quem tem muitos amigos pode ter muito a oferecer no balanço de trocas de benefícios, que regula as relações sociais no nível mais básico de nossa natureza animal (muitos sociobiólogos duvidam da existência do altruísmo “verdadeiro”). Já possuir muitos inimigos pode gerar desconfiança – o que tem essa pessoa de errado? Sentimentos de inimizade tendem a ser dissimulados, inclusive como parte de uma estratégia social perfeitamente compreensível: enquanto os vínculos de amizade devem ser declarados para permitir a esperada reciprocidade, as inimizades não devem sê-lo pelo motivo inverso – ninguém deseja retribuição de inimizade.

Para compreender melhor essa questão, é relevante pensar nos fatores que regem amizades e inimizades, situando orientação e co-autoria no contexto da formação de bancas que avaliam mérito acadêmico e adequação para cargos e funções. É intuitivo, e provavelmente verdadeiro, que amizades reais (e não pseudo-amizades oportunistas), cujo impacto em uma situação potencial de conflito de interesses é previsível, nascem da combinação de uma pluralidade de fatores, desde fatores históricos, de coincidências na vida e interesses e gostos em comum até a convivência acadêmica e admiração mútua, com oportunidades para cooperação científica. A mesma variedade de fatores aplica-se às inimizades, e mérito acadêmico não é desprezível à medida que pode gerar ressentimento. Ademais, traços de personalidade completamente desvinculados desse mérito podem atrair respectivamente mais amigos ou inimigos: por exemplo, pessoas muito francas, que dizem abertamente o que pensam, tendem a atrair mais sentimentos negativos que aquelas mais cordatas e reservadas, ou mais simpáticas e que evitam sistematicamente confrontos. Sem entrar no mérito desses diferentes perfis psicológicos, o fato é que eles também são fonte de vieses: afinal, o que é mais importante ou interessante para a instituição: um encrenqueiro esclarecido ou uma pessoa que não cria problemas? A questão não é de modo algum trivial, e reforça a importância de se tratar de forma simétrica os extremos do contínuo amizades – inimizades (no sentido preferência – rejeição).

Temos aqui um problema complexo: o tratamento simétrico é um pré-requisito ético, mas aplicado a entidades que não são exatamente simétricas. Isto está bem ilustrado em uma frase de filosofia eletrônica (recebida em um desses emails de ampla circulação), que impressionou pela verdade implícita: “Amigos vem e vão, inimigos se acumulam”. Proponho aqui uma explicação biológica: nas condições prevaletes na pré-história, quando atributos físicos, de saúde e idade, eram muito importantes nas atividades cooperativas, os laços de amizade deviam ser mais frouxos para permitir ajustes a

mudanças temporais nesses atributos. Por outro lado, uma vez perdida a confiança, é arriscado colocar a própria sobrevivência nas mãos do outro.

Enfim, reconhecer um inimigo é muito mais difícil que um amigo, mas isto não justifica a incoerência filosófica e lógica de se ignorar a observância da simetria nas exclusões visando evitar conflitos de interesses.

Finalmente, cabe abordar uma questão mais específica e aplicada à discussão atual sobre os critérios de seleção de bancas: qual o valor da ocorrência de, ou mesmo do número de trabalhos publicados em co-autoria na predição de laços de amizade? Por que, se este não for um fator seguro, ou estatisticamente significativo, para a detecção de amizades, não há qualquer sentido lógico, ou justificativa ética, para a exclusão a priori de co-autores de bancas. Será que amizade leva necessariamente a cooperação e, conseqüentemente, à co-autoria, ou, inversamente, que co-autoria leva a amizade? Intuitivamente, e por experiência pessoal, sabemos que não. Mas é possível trazer à questão para o campo científico (da razão), através de estudos de correlação que visem testar a hipótese (a meu ver, pouco provável), de que co-autorias são uma boa variável para a predição de amizades e, portanto, um indicativo seguro de conflito de interesses. Note-se que o caso dos orientadores e supervisores configura uma situação diferente, especial, pois se trata de uma relação hierárquica forte e continuada, que geralmente cria algum tipo de sentimento bem definido, que tende a situar-se próximo de algum dos dois extremos do contínuo “amigos – inimigos”. Neste caso, justifica-se excluir (ex-) orientadores e supervisores de bancas, ao menos por precaução.

Um estudo cientificamente orientado sobre o problema da cooperação prévia e conflito de interesses em bancas examinadoras pode ser uma contribuição fundamental e totalmente inédita. Talvez nós, biólogos, tenhamos muito a dizer nessa questão.

Agradecimentos. Agradeço os colegas Miguel Rodrigues, Luis Fábio Silveira e Marcelo Carvalho, entre outros, pelas idéias que afloram de nossas constantes discussões e, incluindo o revisor anônimo, pelas sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento deste artigo.

Bibliografia

- Greenhall A.M. (1988). Natural History of Vampire Bats. CRC Press, Boca Ratón.
- Singer P. (2001). Writings on an Ethical Life. HarperCollins Publ., N.Y., 359 p.
- Trajano, E. & Silveira, L.F. (2008). Ética e Bem-Estar Animal: há lógica por trás da lógica? Bol. Soc. Mastozologia. 51, 1-4.